

Itapemirim, 14 de setembro de 2018

DE: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
PARA: Procuradoria Geral

Referência:

Processo: 817/2018

Proposicao: Projeto de Lei Complementar nº 23/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, NOS TERMOS DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CORRIGINDO A LEI 3.031, DE 28 DE AGOSTO DE 2017, EM PLENA OBSERVÂNCIA A DECISÃO MONOCRÁTICA 1896/2017-1 EXARADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Elaborar Parecer na Comissão de Legislação

Ação: Parecer pela Constitucionalidade

Complemento: Parecer da COLEJUR emitido em anexo.

Providências: Distribuir Proposição nas Comissões

Rodrigo Silva Machado
Gerente de TI